

## FILOSOFIA DO DIREITO

Bernardo Montalvão

<b>CAPÍTULO 1 – A IDEIA DE DIREITO: A JUSTIÇA COMO IGUALDADE (JUSTIÇA COMUTATIVA) – JUSTIÇA E EQUIDADE – PARTE I.....</b>	<b>19</b>
1.1. A ideia de direito: justiça em sentido amplo .....	19
1.2. A justiça como igualdade: a justiça em sentido estrito .....	28
1.2.1. Objeto ou processo?.....	28
1.2.2. Igualdade, semelhança, equiparação .....	30
1.2.3. Os tipos de justiça .....	34
1.3. Justiça e equidade.....	38
1.4. Exemplo: a pena justa .....	43
1.5. Questões .....	48
<b>CAPÍTULO 2 – A IDEIA DE DIREITO: A JUSTIÇA COMO JUSTIÇA SOCIAL (JUSTIÇA DO BEM COMUM, ADEQUAÇÃO) – PARTE II .....</b>	<b>53</b>
2.1. A doutrina dos bens éticos.....	53
2.1.1. Socialização: a comunista e a cristã .....	53
2.1.2. A doutrina tripartida de Radbruch sobre os fins supremos do direito e o relativismo jusfilosófico.....	64
2.1.3. De Aristóteles a Kant: a questão do bem supremo.....	71
2.1.4. O utilitarismo .....	79
2.1.5. O utilitarismo negativo.....	82
2.2. As regras de prevalência.....	87
2.3. Os direitos humanos.....	94
2.4. Os princípios gerais de direito.....	102
2.5. Antropologia jurídica .....	105

2.6.	Nota conclusiva .....	111
2.7.	Questões .....	113
<b>CAPÍTULO 3 – A IDEIA DE DIREITO: A JUSTIÇA COMO SEGURANÇA JURÍDICA (PAZ JURÍDICA). TENSÕES NO INTERIOR DA IDEIA DE DIREITO.</b>		
<b>PARTE III.....</b>		<b>115</b>
3.1.	Os três momentos da segurança jurídica: positividade, exequibilidade, prática, estabilidade.....	115
3.2.	Tensões no interior da ideia de direito.....	119
3.3.	Questões .....	124
<b>CAPÍTULO 4 – O CONCEITO DE DIREITO – DIREITO E LEI – A RELAÇÃO ENTRE SER E DEVER SER.....</b>		
		<b>127</b>
4.1.	Direito e lei – os conceitos nominalista e realista de direito .....	127
4.2.	A evolução histórica do conceito de direito .....	133
4.3.	O desenvolvimento do conceito moderno de lei .....	141
4.4.	O desenvolvimento do conceito de direito – novamente: a estrutura escalonada da ordem jurídica.....	151
4.5.	Questões .....	162
<b>CAPÍTULO 5 – DIREITO E MORAL – COSTUMES, CONVENÇÕES, USOS E HÁBITOS – O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE.....</b>		
		<b>165</b>
5.1.	Delimitações .....	165
5.2.	A polaridade entre o direito e a moral .....	167
5.2.1.	A tese da separação e a tese da identidade .....	167
5.2.2.	O objeto do direito e da moral .....	168
5.2.3.	Autonomia e heteronomia .....	173
5.2.4.	Exterioridade e interioridade .....	179
5.2.5.	Legalidade e moralidade .....	180
5.3.	A relação com regras de comportamento social afins.....	181
5.3.1.	Costumes (morais) .....	181
5.3.2.	Convenções (sociais) .....	184
5.3.3.	Usos e hábitos (sociais) .....	185
5.4.	Contradições valorativas entre o direito e a moral.....	186
5.5.	O princípio da subsidiariedade .....	191
5.6.	Questões .....	194

<b>CAPÍTULO 6 – A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO .....</b>	<b>199</b>
6.1. A missão da interpretação .....	199
6.1.1. A função da interpretação no processo de aplicação da lei. ....	200
6.1.2. O escopo da interpretação: vontade do legislador ou sentido normativo da lei?.....	214
6.2. Os critérios da interpretação .....	225
6.2.1. O sentido literal da lei .....	225
6.2.2. O contexto significativo da lei.....	235
6.2.3. Intenção reguladora, fins e ideias normativas do legisla- dor histórico .....	242
6.2.4. Critérios teleológico-objetivos .....	251
6.3. O método de interpretação pela lógica do razoável .....	261
6.4. Questões .....	270
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>275</b>

## PSICOLOGIA JURÍDICA

João Paulo Lordelo

1. A psicologia como ciência: estado atual .....	281
1.1. Introdução .....	281
1.2. As diversas direções metodológicas de psicologia .....	282
2. A psicologia jurídica e a personalidade humana .....	287
3. O inconsciente e a estrutura do psiquismo .....	292
3.1. As contribuições de Sigmund Freud .....	292
3.2. O pensamento de Carl Gustav Jung .....	294
4. Psicologia jurídica: uma breve história e o papel do psicólogo jurídico	297
5. Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relaciona- mento do magistrado com a sociedade e a mídia.....	299
5.1. Aspectos gerais sobre psicologia e comunicação.....	299
5.2. Relacionamento interpessoal.....	301
5.3. Relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.....	303
6. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual .....	305
7. Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos.....	309
7.1. Introdução à teoria do conflito social .....	309

7.2.	Procedimentos, técnicas, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução alternativa dos conflitos.....	311
8.	O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial.....	314
8.1.	Aspectos gerais.....	314
8.2.	O comportamento de partes e testemunhas.....	318
9.	Questões de concursos.....	322
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>		<b>327</b>

## SOCIOLOGIA DO DIREITO

Dalliana Vilar-Lopes  
Gills Vilar-Lopes

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>331</b>
<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA. ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA (ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA). GESTÃO. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>335</b>
1.1. Introdução à sociologia da administração judiciária.....	338
1.2. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia).....	342
1.3. Gestão.....	349
1.4. Gestão de Pessoas.....	353
<b>CAPÍTULO 2 – RELAÇÕES SOCIAIS E RELAÇÕES JURÍDICAS. CONTROLE SOCIAL E O DIREITO. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E DIREITO.....</b>	<b>361</b>
2.1. Relações sociais e relações jurídicas.....	364
2.2. Controle social e o Direito.....	370
2.3. Transformações sociais e Direito.....	375
<b>CAPÍTULO 3 – DIREITO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E OPINIÃO PÚBLICA.....</b>	<b>381</b>
<b>CAPÍTULO 4 – CONFLITOS SOCIAIS E MECANISMOS DE RESOLUÇÃO. SISTEMAS NÃO-JUDICIAIS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS.....</b>	<b>399</b>
4.1. Conflitos sociais e mecanismos de resolução.....	405
4.2. Sistemas não-judiciais de composição de litígios.....	411
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>423</b>

**TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA**

Gabriel Dias Marques da Cruz

<b>CAPÍTULO 1 – DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO .....</b>	<b>433</b>
1.1. Introdução.....	433
1.2. Direito Objetivo.....	434
1.3. Direito Subjetivo: Conceito, Teorias e Classificação.....	438
1.4. Questões.....	445
<b>CAPÍTULO 2 – FONTES DO DIREITO OBJETIVO: PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO, JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA VINCULANTE .....</b>	<b>449</b>
2.1. Introdução.....	449
2.2. Fontes do Direito Objetivo .....	450
2.3. Princípios Gerais do Direito .....	457
2.4. Jurisprudência .....	463
2.5. Súmula Vinculante.....	465
2.5.1. Edição, Revisão e Cancelamento das Súmulas Vinculantes.....	466
2.5.2. Iniciativa de Atuação .....	466
2.5.3. Objeto.....	467
2.5.4. Quórum.....	469
2.5.5. Efeitos .....	470
2.5.6. Reclamação fundada em violação de Súmula Vinculante...	471
2.6. Questões.....	473
<b>CAPÍTULO 3 – EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO. CONFLITO DE NORMAS JURÍDICAS NO TEMPO... E O DIREITO BRASILEIRO: DIREITO PENAL, DIREITO CIVIL, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO DO TRABALHO .....</b>	<b>477</b>
3.1. Introdução.....	477
3.2. Eficácia da lei no tempo: significado e LINDB (Decreto-lei 4.657/1942 com redação dada pela Lei nº 12.376/2010).....	478
3.3. Conflito de Normas Jurídicas no Tempo e o Direito Brasileiro: Direito Penal, Civil, Constitucional e do Trabalho.....	484
3.4. Questões.....	488
<b>CAPÍTULO 4 – O CONCEITO DE POLÍTICA. POLÍTICA E DIREITO.....</b>	<b>491</b>
4.1. Introdução.....	491

4.2.	Conceitos de Política .....	491
4.3.	Fenômeno Político e o Direito.....	499
4.4.	Judicialização da Política e Ativismo Judicial.....	507
4.5.	Questões .....	511
<b>CAPÍTULO 5 – IDEOLOGIAS .....</b>		<b>515</b>
5.1.	Introdução.....	515
5.2.	Conceito e Significado da Ideologia .....	515
5.3.	Principais Movimentos e Ideologias na História .....	519
5.4.	Ideologia e Direito de Resistência Constitucional.....	522
5.5.	Questões .....	523
<b>CAPÍTULO 6 – A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (ONU) .....</b>		<b>527</b>
6.1.	Introdução.....	527
6.2.	Contextualização Histórica.....	528
6.3.	Principais Características da Declaração Universal dos Direitos Humanos .....	531
6.4.	Desafios da Declaração Universal de Direitos Humanos: Natureza Jurídica, Pretensão de Universalidade e Pactos Internacionais .....	536
6.5.	Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos: análise do Sistema Interamericano .....	540
6.6.	Incorporação de Tratados Internacionais e o Direito Brasileiro ....	546
6.7.	IDC e Efetividade dos Direitos Humanos no Brasil.....	550
6.8.	Questões .....	553
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>557</b>

## ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA

Alexandre Henry Alves

<b>CAPÍTULO 1 – REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL.....</b>		<b>563</b>
1.1.	Carreiras .....	563
1.1.1.	Introdução .....	563
1.1.2.	A estrutura do Poder Judiciário .....	564

1.1.3.	Demais órgãos previstos constitucionalmente.....	572
1.1.4.	Estrutura da Magistratura.....	573
1.2.	Ingresso .....	574
1.2.1.	Quinto constitucional.....	574
1.2.2.	Concurso público.....	575
1.2.3.	Vitalicamento .....	580
1.3.	Promoções.....	581
1.4.	Remoções .....	584
<b>CAPÍTULO 2 – DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA .....</b>		<b>587</b>
2.1.	Introdução.....	587
2.2.	Garantias ao exercício da magistratura .....	587
2.3.	Prerrogativas.....	588
2.4.	Direitos .....	590
2.4.1.	Valores pecuniários.....	590
2.4.2.	Férias, licenças e afastamentos .....	595
2.5.	Vedações.....	597
2.6.	Deveres .....	600
<b>CAPÍTULO 3 – CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL.....</b>		<b>603</b>
3.1.	Introdução.....	603
3.2.	Ética.....	604
3.3.	Conteúdo do Código .....	604
<b>CAPÍTULO 4 – SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO .....</b>		<b>609</b>
4.1.	Introdução.....	609
4.2.	Corregedorias .....	610
4.3.	Ouvidorias.....	613
4.4.	Conselhos Superiores .....	614
4.4.1.	Conselho da Justiça Federal.....	614
4.4.2.	Conselho Superior da Justiça do Trabalho .....	615
4.5.	Conselho Nacional de Justiça .....	616
<b>CAPÍTULO 5 – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CÍVEL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS .....</b>		<b>619</b>
5.1.	Responsabilidade administrativa .....	619
5.1.1.	Penas disciplinares.....	619

5.1.2. Processo administrativo disciplinar .....	622
5.2. Responsabilidade civil .....	625
5.3. Responsabilidade criminal.....	627
<b>CAPÍTULO 6 – ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL.....</b>	<b>631</b>
6.1. Administração judicial .....	631
6.1.1. Autonomia administrativa e financeira .....	631
6.1.2. Órgãos diretivos dos tribunais .....	632
6.1.3. O papel do CNJ na administração judicial.....	634
6.2. Planejamento estratégico .....	634
6.3. Modernização da gestão.....	637
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>641</b>

### Anexos RESOLUÇÕES DO CNJ

<b>INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA – RESOLUÇÃO CNJ Nº 75/2009.....</b>	<b>645</b>
<b>CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL .....</b>	<b>665</b>
<b>PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – RESOLUÇÃO CNJ Nº 135/2011 .....</b>	<b>671</b>
<b>SISTEMA REMUNERATÓRIO DA MAGISTRATURA – RESOLUÇÃO CNJ Nº 13/2006.....</b>	<b>679</b>
<b>SIMETRIA ENTRE A MAGISTRATURA E O MINISTÉRIO PÚBLICO – RESOLUÇÃO CNJ Nº 133/2011 .....</b>	<b>683</b>
<b>EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO – RESOLUÇÃO CNJ Nº 34/2007.....</b>	<b>685</b>
<b>PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – RESOLUÇÃO CNJ Nº 198/2014 ....</b>	<b>687</b>
<b>USO DE REDES SOCIAIS POR MAGISTRADOS – RESOLUÇÃO CNJ Nº 305/2019 .....</b>	<b>693</b>